

Expectativa deixa economia em compasso

Quinta-feira, 10/2/94 • 9

de espera

São Paulo — A economia brasileira está funcionando da “mão para a boca”. Esta definição está sendo dada pelos próprios empresários, que encontraram no ditado popular a melhor definição para o ritmo dos negócios entre fornecedores, empresas, comércio e consumidores neste início de ano. A retração nos negócios é constante em quase todos os setores industriais. O Departamento de Economia, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), espera boas vendas apenas nas indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos no mês de janeiro. Para os demais segmentos a ordem geral é só comprar o que já vendeu. Ou seja: a indústria só compra matéria-prima quando tem uma encomenda do comércio, que por sua vez só faz o pedido quando a prateleira está quase vazia.

“Está todo mundo agindo com muita cautela”, resume Gilberto Galan, diretor de relações com o mercado da Kodak Brasileira. “Não há estoque, os negócios acontecem no ato e muitas vezes as empresas perdem algumas vendas, mas as indústrias estão preferindo deixar de vender a manter produtos prontos, parados à espera de comprador. Neste caso, mantém o dinheiro aplicado porque a receita financeira é boa”, explica Sérgio Habersfeld, presidente da Toga Indústria de Papel J. Tscherskassky S/A.

O setor de materiais de limpeza vendeu 5% a menos em volume físico, em janeiro, em relação ao mesmo período do ano passado; a Kodak encerrou janeiro com vendas 7% a 8% inferiores ao esperado e a primeira semana de fevereiro já indica que esta retração deve ser repetida; a Embalagens Toga S/A está estimando um primeiro trimestre com vendas entre 5% a 10% inferiores ao último trimestre do ano passado, enquanto a Cia Melhoramentos de São Paulo-Indústria de Papel chegou a vender em janeiro 30% a menos do que nos meses de novembro e dezembro.

Para os diretores destes setores ou destas indústrias, a principal causa da incerteza dos agentes econômicos é a indefinição do Governo com relação à URV. A aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), dizem eles, é importante enquanto eliminação de um dos elementos da incerteza. O que todos esperam, entretanto, é a rápida definição das regras de indexação da economia brasileira à URV. Se vierem mesmo em março, serão aplaudidas como único instrumento capaz de guiar a economia para dias mais tranquilos.

O presidente da Sadia Concorria S/A, Luiz Fernando Furlan, considera que “a aprovação do FSE tem um significado muito mais emblemático do que um efeito imediato na economia”. “O difícil é administrar o que vem na sequência”, diz ele, referindo-se à indexa-

ção da economia à URV. Ele defende que o governo defina e divulgue imediatamente as regras de conversão de salários e preços. Para ele, o princípio de conversão deve ser um só, pela média. “Não dá para fazer os salários pelo pico porque explodiriam as folhas de pagamento; se os preços forem pelo pico e os salários pela média, o movimento sindical não vai aceitar. O princípio deve ser o mesmo”, defende ele.

Para o diretor do grupo Pena Branca, Antenor Barros Leal, a URV continua a ser uma grande incógnita e o Governo precisa agir rápido para transformá-la em um indexador confiável. “A fase de transição pode e deve ser rápida”, pondera ele. Em sua avaliação, o que o Governo não pode permitir é que a URV se transforme em mais um elemento “complicador da economia”.

“A definição das regras da URV é 10 vezes mais importante do que o FSE”, diz o presidente do Conselho de Administração da Cia Melhoramentos, Alfried Karl Ploger. Apesar das negativas do Governo, Ploger considera que a adoção da URV será “um certo congelamento”. “Há muitas dúvidas, não sabemos se o índice de correção será diário, mensal, ou como vai funcionar”, analisa o empresário, que considera quase certa a definição, pelo Governo, de tablitais e outras regras compulsórias de conversão dos preços em cruzeiros reais para a sistemática da URV.